

# A MEMÓRIA COMO FORMA DE PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: UMA ENTREVISTA COM DUAS PROFESSORAS APOSENTADAS

LUIZ GUSTAVO BONATTO RUFINO \*

## RESUMO

A história oral se constitui parte integrante do debate sobre a função do conhecimento histórico questionando a tradição historiográfica centrada em documentos oficiais. Pretendeu-se, com esse trabalho, realizar “diálogos” entre duas professoras aposentadas sobre suas memórias e opiniões a respeito da educação, por meio de uma entrevista com ambas as colaboradoras. Seguiu-se um roteiro semi-estruturado dividido em dois blocos: o primeiro, visando abordar a vivências e recordações das colaboradoras enquanto estudantes e o segundo, visando expressar as memórias e opiniões delas enquanto professoras, estabelecendo-se ainda relações entre estas duas épocas e também buscando investigar a opinião delas sobre o estado atual da educação brasileira. Assim, foi possível não só gerar diagnósticos e relatar visões, mas também compreender subjetividades que, somente por meio dos procedimentos oriundos da história oral, puderam ser realizados.

**PALAVRAS-CHAVE:** História oral. Educação. Diálogos. Professor.

## ABSTRACT

### THE MEMORY AS A FORM OF PRESERVING THE HISTORY OF EDUCATION: AN INTERVIEW WITH TWO RETIRED TEACHERS

Oral history is part of the debate about the role of historical knowledge and operates inquiring the historical tradition centered in official documents. This study intended to carry out possible “dialogues” between two retired teachers about their memories and opinions in relation to the education subject, through an interview with both collaborators. We following a semi-structured screenplay divided in two blocks: the first one intended to address their experiences while they were students and the second, intended to express the memories and views of them as teachers, establishing relationships between these two times and also seeking to investigate their opinions about the current stage of Brazilian education. Thus it was possible not only generate diagnoses and report the views of the collaborators, but also understand subjectivities that only through these procedures could be made.

**KEYWORDS:** Oral History. Education. Dialogues. Teacher.

---

\* Mestrando do Programa Interdisciplinar de Desenvolvimento Humano e Tecnologias pela Universidade Estadual Paulista – UNESP . gustavo\_rufino\_6@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

Para Halbwachs (1968) lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória do indivíduo depende de seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com os grupos sociais que são considerados referências peculiares aos indivíduos. A lembrança pode ser considerada como uma imagem construída pelos materiais que estão, no presente, à disposição do indivíduo, no conjunto de representações que povoam sua consciência atual.

Por mais nítida que possa parecer a lembrança de um fato antigo, não é a mesma imagem que se experimenta na infância, porque a pessoa não é a mesma de então e porque sua percepção alterou-se e, com ela, suas ideias, seus juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado no presente exclui a identidade entre as imagens de um e de outro tempo, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. O que rege a atividade da memória é a função social exercida aqui e agora pelo sujeito que lembra. Para Chauí (1987):

(...) o modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-la, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária, no que lembra e no como lembra (...). O tempo da memória é social, não só porque é o calendário do trabalho e da festa, do evento político e do fato insólito, mas também porque repercute no modo de lembrar (p.84).

Halbwachs (1968) compara este processo de reconstrução do passado com a releitura que um adulto faz de um livro de narrativas lido há muito tempo. O autor afirma que o leitor adulto entremeia com suas reflexões a percepção das imagens relidas e esse convívio de lembrança e crítica altera profundamente a qualidade da segunda leitura.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCNs, (BRASIL, 2000) o diálogo é um dos principais instrumentos de uma democracia justa, permitindo espaço ao consenso e ao dissenso. Dialogar pede capacidade de ouvir o outro e de se fazer entender.

Portanto, a democracia deve valorizar o diálogo como forma de esclarecer conflitos (BRASIL, 2000). Tão importante dada ao diálogo que este é um dos blocos de conteúdos do tema transversal ética, juntamente com o respeito mútuo, a solidariedade e a justiça. Deve-se valorizar o diálogo visando o esclarecimento e a superação de conflitos. Para os PCNs (BRASIL, 2000) não há nem reais descobertas,

nem real aprendizagem se estas não forem fruto de rica comunicação entre indivíduos.

Freire (1996, p. 136) afirma que “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História”, enfatizando a importância do diálogo para a constituição das relações entre os seres.

O autor considera que o diálogo só existe porque o ser humano é constituído de historicidade. Para este autor: “... uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo. Mas, histórico como nós, o nosso conhecimento do mundo tem historicidade” (FREIRE, 1996, p. 28).

Dessa forma, propor diálogos demonstra a interação de relações sociais instituídas de historicidade e que representam as opiniões, visões e modos de ser das pessoas. Essa historicidade é muitas vezes negada pelo conhecimento científico, o qual valoriza as questões que tangem a objetividade em detrimento às subjetividades históricas dos seres humanos. Entretanto, há meios de se compreender essas subjetividades. Uma dessas formas é a história oral, analisada a seguir.

## **A HISTÓRIA ORAL**

A história oral é um recurso relativamente moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas. “Ela é sempre uma história do tempo presente, tendo de responder a um sentido de utilidade prática e imediata” (MEIHY, 1996, p. 13).

Meihy (1996) afirma que no século XIX, as ciências e a literatura se apoiaram na palavra grafada para centrar nela sua credibilidade científica, implicando uma espécie de ditadura da palavra escrita que contrasta, até hoje, com a fragilidade da palavra oral. Para Alberti (2005) foi apenas na segunda metade do século XX que a história oral se apresentou como potencial de estudo dos acontecimentos e conjunturas sociais.

Atualmente, a história oral se constitui parte integrante do debate sobre a função do conhecimento histórico, atuando “em uma linha que questiona a tradição historiográfica centrada em documentos oficiais” (MEIHY, 1996, p. 10). O autor afirma ainda que é quando se mostra como alternativa a ser considerada “uma outra história”, “uma contra-história” ou “história vista de baixo” que a história oral começa a ganhar espaços como elemento que vem adquirindo sentido no rol dos registros

e estudos. “Deve-se reconhecer a história oral como instrumento capaz de colocar novos elementos à disposição dos interessados na leitura da sociedade” (MEIHY, 1996, p. 14).

Para Meihy (1996) por meio da história oral, movimentos de minorias culturais e discriminadas, como os idosos, por exemplo, têm encontrado espaço para abrigar suas palavras, dando sentido social às expressões vividas sob diferentes circunstâncias. Para o autor: “muitos trabalhos de história oral registram a trajetória de pessoas idosas e, por meio delas recompõem aspectos da vida individual, do grupo em que estão inseridas ou da conjuntura que os acolhe” (MEIHY, 1996, p. 9).

O autor considera ainda que a história oral apresenta dupla função política, visto que se compromete tanto com a democracia (que é condição para sua realização) como com o direito do saber (que permite veicular opiniões variadas sobre temas do presente (MEIHY, 1996).

Constata-se assim, a grande importância de “dar voz” e valorizar as opiniões dessas minorias. No caso dos idosos, é importante que eles possam transmitir suas ricas experiências e memórias. É comum encontrarmos atualmente uma desvalorização do papel do idoso que sofre de preconceitos e discriminações, considerados, até mesmo, como o “lixo, entulho ou peso morto”. Porém, as experiências deste grupo social podem ser de grande valia para a transformação da realidade atual alienante. Meihy (1996, p. 24) admite: “contra as determinações dadas pelas grandes estruturas, a história oral se insurge como o avesso de tendências massificantes e que ‘expulsaram’ os seres humanos das reflexões sociais”.

Para este trabalho, foi utilizada a metodologia da história oral de vida definida por Meihy (1996) como a narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa, sendo mais subjetiva do que objetiva. Os procedimentos consistiram naquilo que Meihy (1996) denomina de narrativa biográfica, ou seja, enfatizando a construção da narração atentando-se mais ao roteiro cronológico e factual das pessoas, aliado a particularidades que remetem a acontecimentos julgados importantes.

Contudo, a entrevista foi pautada por seguir uma temática explícita: a temática da educação. Pautadas pela questão da educação, fossem como alunas ou enquanto professoras, as colaboradoras relataram suas vivências, memórias e experiências, com exemplos e recordações, questões fundamentais na análise da história oral.

Segundo Alberti (2005) a escolha dos entrevistados é, em primeiro lugar, guiada pelos objetivos da pesquisa. A autora afirma que se deve responder a pergunta “quem entrevistar?” variando de acordo com o enfoque a ser dado. Para a autora, a escolha dos entrevistados,

por mais criteriosa e justificada que possa ser, “só é plenamente fundamentada no momento de realização das entrevistas, quando se verifica em última instância, a propriedade ou não da seleção feita” (ALBERTI, 2005, p. 33).

Alberti (2007) afirma que a história oral é uma experiência fascinante de descobertas. Para a autora:

Repetições e detalhes que funcionam como divisões infinitesimais em uma entrevista podem ser parte do esforço obstinado e ao mesmo tempo impotente de refazer o percurso do vivido. Por momentos podemos ter a impressão de que é possível abolir as descontinuidades com o passado. Ao mesmo tempo, sabemos que o passado só “retorna” através de trabalhos de síntese da memória: só é possível recuperar o vivido pelo viés do concebido (ALBERTI, 2007, p. 17).

Dessa forma, a história oral pode ser vista como uma metodologia não ortodoxa de pesquisa e obtenção de dados, mas também deve ser considerada como uma importante forma de informação, devido ao enriquecimento que os detalhes, as lembranças, as memórias e as vivências trazem, não para serem revividas, mas para serem ressignificadas.

Sendo assim, Oliveira (2005) afirma que a história oral recupera aspectos individuais de cada sujeito, mas ao mesmo tempo ativa uma memória coletiva, pois, à medida que cada indivíduo conta a sua história, esta se mostra envolta em um contexto sócio-histórico que deve ser considerado. Portanto, “apesar de a escolha do método se justificar pelo enfoque no sujeito, a análise dos relatos leva em consideração, as questões sociais neles presentes” (OLIVEIRA, 2005, p. 4).

Oliveira (2005) ainda considera que a oralidade implica o trabalho de memória e, ainda, o trabalho da palavra, do que é dito e do que é silenciado, pois o silêncio também produz sentidos. Por isso, é preciso que o entrevistador (ou autor) tenha a sensibilidade para ir além das palavras ditas e considerar os sentidos (os mais subjetivos possíveis) que passam existir.

Para Oliveira (2005) o trabalho meticuloso do pesquisador reside, também, em traduzir todo esse “quebra-cabeça”, montando, categorizando e tratando as peças a partir dos aportes teóricos escolhidos. Essa é uma das etapas da pesquisa, na qual o qualitativo estará sendo garantido pelo trabalho criativo e consistente do pesquisador em tecer articulações entre as fontes empíricas e as fontes teóricas, entre o particular e o geral, entre o específico e o momento histórico a partir do qual as falas estão sendo produzidas (OLIVEIRA, 2005).

Portanto, para este trabalho com duas professoras aposentadas na perspectiva da história oral, corrobora-se com a afirmação de Joutard (2000, p. 33):

A força da história oral (...) é dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos ou, retomando a bela expressão de um pioneiro da história oral, Nuno Revelli, os “derrotados”. Que ela continue a fazê-lo amplamente, mostrando que cada indivíduo é ator da história.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os procedimentos de entrevista para a realização da história oral foram realizados com duas colaboradoras, Nilza de 82 anos e Cecy de 73 anos, no dia 15 de maio de 2010. Ambas foram professoras, estando aposentadas atualmente. Realizou-se apenas uma entrevista, com duração de 140 minutos (2 horas e 20 minutos), com ambas as entrevistadas. Optou-se por realizar uma só entrevista por três fatores principais: o fato de ambas se conhecerem o que facilitavam no andamento da conversa/ entrevista; o fato de, sendo em conjunto, uma pudesse relembrar fatos, recordar eventos e corrigir possíveis erros da outra colaboradora e, finalmente, facilidade para realizar as entrevistas já que ambas moram em cidades distintas e se encontram casualmente (elas se reuniram especialmente para a realização da entrevista).

Para a gravação das entrevistas foi utilizado um gravador de voz da marca Sony modelo IC Recorder 2 GB. Após a gravação a entrevista foi transcrita em sua totalidade de forma digitalizada, baseada em um roteiro pré-estabelecido.

A entrevista foi dividida em duas partes (ou momentos): a primeira abordando questões acerca da época de alunas das colaboradoras e a segunda abordando a questão da época em que elas foram professoras do magistério em escolas públicas. Ambas as colaboradoras autorizaram participar desse estudo, assinando o termo de concessão do uso dos nomes e das gravações.

## **RESULTADOS**

### ***Entrevista: Primeira Parte***

A primeira parte da entrevista consistiu em interrogar as colaboradoras enquanto alunas da educação básica. Nilza cursou a primeira etapa do ensino fundamental de 1936 a 1939 e Cecy estudou entre 1944 e 1947. Já em termos da segunda parte do ensino fundamental, as colaboradoras não souberam especificar precisamente

quando o cursaram. Nilza, por exemplo, afirmou que ficou alguns anos sem estudar, porque em sua cidade não havia esse nível de ensino, e sua família não poderia pagar pela viagem diária à cidade vizinha. Nas palavras dessa colaboradora:

*“...eu comecei muito tarde a estudar, porque na minha cidade não tinha ginásio. E nós, moços e moças da cidade nos juntamos e lutamos para que fosse instalado o ginásio na cidade, brigamos com o governador Fernando Costa até. E ele começou a funcionar em outubro. Mas aí ficamos sabendo que ele não tinha “valor” não tinha sido votado a favor na assembleia. Então certos colegas puderam ir para outra cidade, mas eu não pude, e perdi um ano. E nós, alunos da cidade é que fomos de casa em casa pedindo tijolo, telha, e construímos o ginásio. E me magoou muito ter ido lá há pouco tempo e visto que ele está de pé mas está muito acabado, é usado não sei pra que hoje em dia, e construíram outro ginásio”.*

Para voltar aos estudos e adentrar no magistério (ensino normal) ela teve que cursar o que ela chamou de “madureza” (uma espécie de ensino supletivo que compactava alguns anos em um ano só): *“...até conseguirmos efetivar o nosso colégio eu fui ficando mocinha (...) o exame de madureza era a oportunidade da gente fazer o curso ginasial de maneira resumida, em menos tempo, era tudo em um ano só, uma espécie de ‘supletivo’ de atualmente...”.*

Ambas as entrevistadas estudaram a vida toda em escolas públicas. Com relação a primeira parte do ensino fundamental, Nilza afirmou que estudou em Tanabí (SP) onde cursou disciplinas como: língua portuguesa, matemática, história e geografia (estudos sociais), ciências e educação moral e cívica. Já Cecy estudou em São Paulo e afirmou ter cursado as mesmas disciplinas.

Perguntadas com relação à disciplina de Educação Moral e Cívica, ambas afirmaram que elas comemoravam as datas festivas, cantava-se o hino nacional, tinha hasteamento da bandeira. Os alunos eram obrigados a ir aos desfiles. Quando perguntadas se elas gostavam ou não dessa disciplina, Nilza afirmou não ter gostado das aulas porque ela tinha que “levantar muito cedo”, já Cecy disse que gostava sim, sobretudo com relação ao fato de cantar o hino nacional.

Com relação à qualidade do ensino, que correspondeu às questões de conteúdos de aprendizagem, capacidades de questionamento, incitação ao posicionamento político e social, etc. ambas afirmaram que a qualidade dependia da professora. Nilza considerou que apenas uma de suas professoras pode ser considerada como “excelente”. Esta professora (denominada pela entrevistada de

dona Dalu) chegou inclusive a lecionar para a irmã mais velha da entrevista também. A entrevistada afirmou que esta professora ensinava conhecimentos além daqueles que deveriam ser aprendidos na escola. Já Cecy também ressaltou uma professora em especial (dona Carolina, professora alfabetizadora do primeiro e segundo ano do ensino fundamental), ela se recordou ainda de outras professoras, uma ressaltada como sendo bastante enérgica e exigente, porém a única lembrada pelo nome foi esta professora. Quanto à qualidade do ensino em si, ambas concordaram que o ensino daquela época, sobretudo o ensino das escolas públicas, era bem melhor do que o que elas observam atualmente, embora não tenham traçado um paralelo sobre as transformações da educação ao longo dos anos no Brasil.

Especificamente no que corresponde ao Ensino da Educação Física, as colaboradoras disseram que só tiveram esta disciplina no ginásio, com o nome de ginástica. Porém Nilza confessou que arranjava um atestado médico com algum amigo de seu pai para não realizar as aulas, pois ela não gostava. Porém, em um dos anos o atestado não foi validado e ela foi obrigada a realizar as aulas. Nas palavras da colaboradora: *“Mas em Rio Preto eu fui obrigada a fazer, a freira não aceitou meu atestado, mas eu detestava... primeiro por causa do calção que era enorme, e eu gostava de shorts curto... e outra porque eu jogava muito mal...”*.

Cecy afirmou também não ter gostado das aulas de Educação Física. Para a colaboradora: *“...no ginásio também tive ginástica. Fiz o ginásio em São Roque. Eu não gostava das aulas de Educação Física. No meu tempo era mais vôlei, basquete, e eu nunca fui boa disso... tinha bastante jogo e eu era uma péssima jogadora... mas não tinha nota... era mais recreativo...”*.

Com relação a segunda parte do ensino fundamental (o ginásio) as entrevistadas acrescentaram algumas disciplinas como trabalhos manuais e latim. Cecy recordou que o latim era uma disciplina muito difícil (ressaltando a dificuldade de fazer as declinações).

Em termos de avaliações, as entrevistadas destacaram duas formas principais: provas orais e provas escritas. Segundo Nilza, as provas eram bem difíceis, havendo diversos tipos de avaliações. Nilza ainda relembrou um episódio na qual relata ter sido obrigada a “colar”:

*“Eu nunca coleei, mas quando eu tava indo para o pré-normal, pra fazer o magistério, no último ano, eu tava estudando e eu vi que não dava pra passar, eu não sabia nada de matemática e o professor tinha sido namorado da minha irmã e ele tinha carinho por mim. Mas ele percebeu que eu estava colando, porque de outra forma eu simplesmente não*



*passaria. E ele falou pra mim: 'Nilza, eu serei obrigado a tirar a sua prova, eu estou notando que você está colando'... mas ele não tirou... e eu lutei viu, lutei e tive a média... passei com cinco!'*

Indagadas sobre o rigor das instituições escolares ambas afirmaram terem sido obrigadas a usarem uniformes. Nilza inclusive reconhece ser importante usar uniforme, dizendo ser a favor de sua utilização. Quanto às sanções, repressões e violências, nenhuma das entrevistadas relatou ter sofrido qualquer forma de agressão ou sanção.

Finalmente, as entrevistadas foram indagadas a avaliar suas impressões acerca dos processos de ensino e aprendizagem pela quais passaram e se isso realmente valeu a pena. Ambas afirmaram ter valido a pena e ainda disseram que só se tornaram professoras por terem tido bons professores na época de estudantes também. Contudo, elas também reconheceram professores que não foram bons. Cecy recordou do professor de latim que, segundo ela: *"era muito inteligente, muito culto, mas um péssimo professor... porque ele chegava meio, assim sabe, meio bêbado! E ele falava, vamos supor: 'decline não sei o que' e nós não falávamos nada com nada e ele falava: 'muito bom, próximo'"*.

Já Nilza afirmou nunca ter sido boa em matemática (assim como Cecy também corroborou com essa afirmação), recordando uma professora que foi marcante para ela:

*"...a freira que ensinava matemática chamava Madre Paula, filha do prefeito de Mirassol, mas ela era freira sem querer ser freira, então ela era recalcada, e descontava a raiva na gente (...) podia saber matemática pra ela, mas não sabia transmitir o conhecimento..."*

### **Entrevista: segunda parte**

A segunda parte consistiu em abordar questões acerca da história de vida das colaboradoras enquanto professoras. Foi uma parte maior em termos de tempo, analisada de maneira mais complexa por elas, afinal, ambas fizeram carreira no magistério, tendo ensinado por muito tempo (Nilza lecionou por 26 anos enquanto que Cecy lecionou por 25 anos).

A primeira pergunta dessa segunda parte consistiu em saber o porquê das entrevistadas terem resolvido seguir a carreira do magistério. Nilza respondeu que foi mesmo inspirado pelas professoras que ela teve enquanto que Cecy afirmou que naquela época ser professora era uma carreira com *status* social. Segundo esta entrevistada: *"parece que não, mas era 'chique' ser professora, filha de gente simples, gente abastada, muita gente queria ser professor... tinha um status... a profissão estava no auge... tinha até meninos também"*.

Ambas afirmaram também que gostavam muito de dar aula. Cecy reconheceu ainda, a qualidade de Nilza enquanto professora, se réu reconhecimento por parte de diversos alunos:

*“É eu também gostava, mas não igual ela, ela sempre foi muito boa professora, teve mais aptidão do que eu, ela foi uma educadora de nascença. Mas eu gostava também, não desgostei de dar aula não... mas eu tinha mais dificuldade de transmitir as coisas, por exemplo, matemática ou aritmética, sempre me falavam que meus alunos iam melhor em português, porque eu gostava mais”.*

Quanto às séries em que as colaboradoras ministraram aulas, Nilza afirmou ter sido mais alfabetizadora, tendo ensinado no pré-primário, primeira e segundas séries (ensino fundamental 1) nas cidades de Tanabí, Monte Aprazível e Andeara (cidades do interior do estado de São Paulo) e em São Paulo capital, tendo lecionado em diversas regiões da cidade como Pirituba, Brasilândia e região central; Cecy, por sua vez, afirmou ter lecionado para as primeiras, segundas, terceiras e quartas séries do ensino fundamental, nas cidades de Mogi Guaçu, Santo André, Franco da Rocha, Campo Limpo Paulista e Campinas, todas cidades do interior do estado de São Paulo.

Nilza recordou-se de uma passagem interessante em sua época de professora para o pré-primário, mesmo não tendo formação para isso. Nas palavras da colaboradora:

*“Fui lecionar no pré-primário, mesmo não tendo diploma para isso. Então precisei aprender quais atividades deveríamos fazer com as criancinhas... estudei muito... mas foi excelente... era para eu ter 15 alunos, mas eu tinha mais de 50 porque todos me queriam como professora... mas nós não tínhamos sala... aí me colocaram no laboratório do ginásio, que tinha aula de noite... tinha feto de crianças, cobras, sapos... e as carteiras eram altas, para adultos... e eu dava aulas e as crianças com aquelas perninhas penduradinhas no ar... e eu não tinha onde brincar com eles, então toda tarde eu ia ao jardim da praça da cidade brincar com eles... então toda tarde dava até pra ‘cobrar ingresso’ de tanta gente que queria assistir as aulas de recreação...”.*

Perguntou-se também para as colaboradoras com eram as aulas que elas ministraram, se elas eram muito rigorosas como professoras, se eram flexíveis, etc. Para Nilza: *“Minhas aulas eram muito gostosas. Eu fui muito enérgica... mas segundo os meus alunos eu era ‘muito brava, mas muito amorosa’, ‘muito enérgica mas apaixonada pelos alunos’... eles notavam a minha dedicação...”.* Já para Cecy: *“Eu*

*também, era carinhosa, mas era brava... não tive os elogios de alunos que ela teve enquanto professora... mas me respeitavam....”.*

Quanto às formas de avaliação dos alunos, ambas afirmaram avaliar seus alunos por provas, porém diferentemente da época quando eram estudantes, elas não avaliavam por meio de provas orais, apenas avaliações escritas. Elas afirmaram que antigamente as notas variavam de 10 a 100, porém a proporção era a mesma de atualmente (com a exceção de um determinado momento que as notas foram consideradas por letras). Nilza afirmou também que após anos de experiência, ela adotou outros critérios. Para ela: *“já pro meu fim de vida funcional eu tinha outros critérios, porque daí o professor passa a conhecer os alunos, e dá as notas mais individuais, porque às vezes você não é feliz em uma prova né? A gente completava, via o esforço das crianças...”.*

Em se tratando da relação das colaboradoras com seus alunos, ambas afirmaram terem sido sérias, porém amorosas. Nilza respondeu:

*“Minha relação era de energia e amor, eu era enérgica e muito amorosa... Tenho vários alunos já casados, mais velhos e que me ligam no dia de meu aniversário. Tem um aluno que faz 14 anos que toda semana do meu aniversário ele vem me ver... ele agora está com 54 anos... ano passado fui até Conchas [cidade do interior do Estado de São Paulo] conhecer a casa dele, numa viagem maravilhosa, linda!”.*

Cecy afirmou que ter seguido essa mesma linha. Para ela: *“eu também fui enérgica. Não fui tão procurada por alunos como ela, mas me respeitam quando me encontram e tal, mas não igual ela. Muitas vezes a gente nem reconhece... mas eles se lembram de nós...”.*

Perguntadas sobre a remuneração e o apoio do governo para o professor na época delas, ambas concordaram que ganhavam (e ainda ganham na condição de aposentadas) muito pouco. Nilza, no entanto, afirmou que, no início da carreira de professora, ela não percebia que ganhava pouco, pois adorar dar aulas. Foi somente quando passou a ter que pagar suas próprias contas que ela percebeu a baixa remuneração que recebia, em suas palavras: *“aí eu vi que doía”.* A colaboradora também criticou o governo estadual vigente até a época da entrevista. Em suas palavras:

*“Nosso governador me parece que tem ojeriza por professor... algum professor deve ter feito alguma coisa pra ele... ele deve ser traumatizado, ele não pensa que um professor aposentado paga remédios. Eu chego a pagar 700 reais de remédio! E se eu fosse viver só com o meu ordenado de professora eu não poderia nem comprar os meus remédios... Se eu não tivesse a minha casa eu teria que morar com uma irmã, ou com*

*alguém porque não teria como pagar aluguel... Então nós somos hoje muito mal remunerados... (ênfase da entrevistada)”.*

Cecy também reconheceu a má remuneração como um problema da categoria dos professores desde o início do seu trabalho enquanto professora, mas afirmou também que o fato de ter sido casada desde o início de sua carreira no magistério não a fazia perceber a baixa remuneração da classe, sobretudo no Estado de São Paulo, local de nascimento e vivência de ambas as colaboradoras. Para Cecy: *“considero que sempre ganhei muito pouco. Não lembro a quantia, mesmo porque quando passei a ser professora do Estado eu já era casada, e meu marido bancava tudo... mas eu sempre ganhei pouco!”.*

No entanto, merece ser destacado o relato das entrevistadas quanto à desvalorização da profissão. Nilza, por exemplo, afirmou que no passado, bem antes de se tornar professora, os professores eram mais valorizados. Para ela: *“dá pra perceber que a profissão veio decaindo, foi se desvalorizando com o passar do tempo... Quando moçinha, lecionando em Andeara era até engraçado, nas festas eram sempre o juiz, o prefeito, o padre, o diretor da escola e eu (a professora!)”.*

Já Cecy relatou uma lembrança de sua tia (irmã de sua mãe), também professora:

*“A tia, depois que o papai faleceu (ele faleceu em 1957), passou a nos ajudar. Minha mãe era pensionista, meu irmão era muito pequeno e eu estava começando a dar aulas, ainda como substituta. A tia que aguentava a casa... nos ajudava e tudo... ela reformou a casa com a aposentadoria dela... é claro que ela teve que fazer um pequeno empréstimo no banco na época mas foi uma facilidade muito grande...”.*

Nessa mesma linha, foi perguntado às colaboradoras se a figura do professor era valorizada pelos alunos e pelo governo. Nilza afirmou que pelo governo a profissão nunca foi valorizada, sobretudo com relação à questão do pagamento. Mas em relação aos alunos ela sempre encontrou muito apoio e suporte. Ela recordou que houve apoio até em greves, conforme pode se observar a seguir:

*“Uma vez, no meu último ano de magistério, antes de aposentar, a gente tinha muita greve, nós éramos muito revoltados com a nossa situação, o nosso salário, aumentos que não vinham... E nós éramos obrigados a fazer greve. E um dia eu cheguei à praça da República em São Paulo para uma greve e dou com um monte de pais dos meus alunos me apoiando... com uma faixa imensa... e fizeram a passeata comigo... e isso foi lindo, foi lindo! E eu tenho também várias fotografias espalhadas pela casa de alunos, ou melhor, ex alunos que me procuram até hoje...”.*

Já Cecy, trouxe uma importante contribuição para a comparação entre as diferentes épocas e a qualidade da educação no Brasil. A colaboradora afirmou que enquanto ela foi professora, até a época de aposentadoria ela jamais teve problema algum, sendo sempre respeitada pelos alunos e pela direção da escola. Todavia, após aposentada, ela foi professora substituta de uma escola estadual e recorda-se de maneira negativa sobre esse período:

*“Agora, quando eu fui substituta de uma professora, em 1996, em Campinas [São Paulo], a história foi outra. Até achei bom porque seria um dinheiro para somar com a minha aposentadoria (...) mas não foi fácil não. (...) No meu segundo ano como substituta eu peguei uma terceira série... Ah! Aquilo foi um inferno, tive alunos terríveis, que não respeitavam a gente... mandava para a diretoria e os alunos nem se importavam... o diretor também não dava apoio pra gente... ele ficava falando que precisava ter cuidado, que a escola ficava em uma região difícil, enfim, eles tinham medo do pessoal lá. Era caso até para levar pra delegacia, e não faziam nada! Aluno subindo em cima da carteira, enfrentando a gente... Só sei que quando acabou a substituição eu pedi pra nunca mais voltar... fiquei traumatizada...”*

Para aproveitar o fato das colaboradoras terem sido alunas e, posteriormente, professoras, foi indagado, na visão delas, quais seriam as principais diferenças do ensino da época de alunas para a época de professoras. As entrevistadas concluíram que, com o passar do tempo, o ensino tem regredido em termos de qualidade.

As entrevistadas aproveitaram também para comparar o ensino da época delas com o de atualmente. Nilza afirmou:

*“Vendo pelos materiais dos meus sobrinhos eu percebo que decaiu muito o ensino. Eu ensinava na segunda série subtração com reserva, por exemplo, meus sobrinhos aprenderam isso na quarta série... acho que regrediu sim... Já a minha irmã mais velha, quando estudou, fez até a 5ª série... mas ela soube física pra ajudar os filhos na escola... soube sociologia, biologia, filosofia... ou seja, o ensino está cada vez pior...”*

Cecy corroborou com essa visão e deu a seguinte contribuição:

*“Eu concordo com tudo isso e eu acho que uma das causas pra isso talvez tenha sido o seguinte: quando eu fui pra escola normal eu lembro que começou a abrir escola normal em todo canto. E eu acho que isso também facilitou muito... começou a entrar muitos professores que não estavam preparados, não gostavam disso... para entrar na escola normal eu lembro que o exame era mais rigoroso... o estudo era sim mais rigoroso...”*

No entanto, Nilza faz uma ressalva em relação ao declínio do ensino. Para ela, algumas atividades realizadas atualmente são mais inteligentes do que as atividades de sua época enquanto aluna e, posteriormente, enquanto professora. A colaboradora afirmou: *“hoje em dia, eu acho que determinados tipos de exercícios fazem com que as crianças pensem melhor, saibam resolver coisas. Eu vejo meu sobrinho bisneto, por exemplo, que criatura impressionante... cada atividade bonitinha que ele faz, você precisa ver...”*.

Portanto, quando perguntadas se a qualidade da educação no Brasil avançou ou retrocedeu, ambas responderam em uníssono que certamente tem retrocedido ao longo dos anos, embora não seja claro o que significa esse decréscimo da qualidade do ensino.

Especificamente, foi perguntado para as colaboradoras sobre o que mudou na educação brasileira ao longo dos anos. Nilza afirmou que atualmente os professores não possui alteridade, ou seja, não “descem” até os alunos, não se colocam na posição do outro. Para ela:

*“...hoje eu vejo que o professor vai lá e dá a matéria e fica por aí, ele não conhece a criatura, não ama a criatura não ajuda a criatura. Isso sim é ensinar. Eu sei que hoje tem casos de alunos que mostram armas para professores, os enfrentam, mas porque isso ocorre? O que essa criança sofreu para agir assim? Quando isso ocorre quer dizer que o professor não colocou amor no seu trabalho, não conseguiu cativar o aluno... porque quando você cativa uma pessoa essa pessoa certamente não vai mostrar uma arma para você. Parece que o professor não é mais humano...”*

Nilza relatou ainda que utilizava alguns métodos para conseguir a atenção da sala como, por exemplo, falar para os alunos que Jesus não fazia bagunça e, dessa forma, ia criando o que ela denominou de *“relação harmônica”*. Ela ainda ressaltou que: *“falava com jeito com as crianças. Eu as amava, essa que era a verdade... ensinar foi uma coisa maravilhosa...”*.

Esta colaboradora ainda disse que, em sua última escola ela tinha dois tipos de clientela: os da manhã, filhos de pessoas de uma classe social mais abastada e os da tarde, crianças filhas de pessoas mais pobres, que costumavam ser mais inquietas e bagunceiras. Mesmo assim ela afirmou que em pouco tempo era capaz de gerar silêncio na sala, ressaltando que fazia isso sempre com amor, pois o amor era a sua *“ferramenta de trabalho”*. Nilza ainda admitiu:

*“Eu tinha mania de levar lanche pra quem eu percebia que não tinha lanche, deixava de fazer unha pra comprar coisas pras crianças e toda roupa minha, eu mandava pra minha mãe, e ela desmanchava e fazia*

*roupinhas para as minhas crianças, quando eu percebia que elas não tinham roupa. E olha, sempre tive classes 'deliciosas'. (...) Um dos jeitos que eu conseguia para que meus alunos lessem mais depressa era que eu ia à editora e comprava livrinhos de crianças por um preço bom, livros que as crianças entendessem porque na primeira série as crianças devem ganhar livrinhos que tenha um parágrafo só com letra bem grande, e uma ilustração enorme. E eu falava que quem aprendesse a ler primeiro ganhava os livrinhos e aquilo era um sucesso...”.*

Cecy, por outro lado, lembrou a traumatizante experiência de dar aula depois de aposentada, e reconheceu que as coisas mudaram muito ao longo dos anos em sua opinião.

Pretendeu-se também, por meio da entrevista com as duas colaboradoras, analisar e compreender o contexto histórico envolto no período em que ambas lecionaram. Para isso, e levando-se em conta que ambas lecionaram na época da ditadura militar, perguntou-se como foi o ensino durante esse período, se havia repressões, se os professores nas escolas eram obrigados a ensinar determinados conteúdos em detrimento de outros, se eles eram observados para não criticar o governo vigente, etc.

Ambas responderam que não, não houve nenhum tipo de repressão ou sanção à maneira de ensinar durante a época da ditadura militar. Nilza afirmou que jamais concordou com a ditadura militar e incentivava os alunos a prestarem atenção nos programas de notícias e que depois comentassem em aula (mesmo as notícias sendo manipuladas). A entrevistada acredita que as repressões mais fortes foram nas universidades e denominou a ditadura militar como “*anos negros para o Brasil*”, lamentando, sobretudo, as perdas humanas de jovens que foram contra o governo. A colaboradora também se recordou de um acontecimento:

*“Até tem uma história sobre isso: a irmã do marido da minha sobrinha morreu durante a ditadura, ela era uma espécie de guerrilheira sabe? E a polícia a matou no Rio de Janeiro e eu cheguei a comentar este triste episódio na classe... falei que tinha uma bela moça que havia morrido porque tinha tentado lutar por um Brasil melhor, da forma dela, claro...”.*

Já Cecy, também afirmou que jamais houve nenhum tipo de orientação para ser a favor da ditadura e disse que em sua escola, ela comentava que as repressões contra os manifestantes eram erradas e não deviam acontecer. Cecy ressaltou:

*“Então a gente conversava porque a liberdade é sagrada! Cada um tem o seu direito de ter a liberdade e o governo foi muito repressor e eu*

*comentava sobre isso com meus alunos sim. Nós da área primária não sofremos com a repressão, não teve repressão assim não. Mas era aquela tal história: que liberdade se tinha? Você pode até não aceitar a opinião do outro, mas ele tem a liberdade de pensar o que ele quiser, não se pode mandar no pensamento dos outros, isso é errado!”*

Finalmente, foi perguntado para as colaboradoras se é possível melhorar a Educação no Brasil ou não e, em caso afirmativo, como isso seria possível na opinião delas. Ambas foram bastante otimistas e disseram que sim, que é possível mudar a educação brasileira. Para Nilza, é necessário maturidade e muito esforço. Ela indicou que a educação espiritual, independente da religião e o amor à pátria são igualmente importantes dentro da escola. A colaboradora ainda contou que teve um aluno de outra religião que quis mudar de religião por conta própria devido às aulas dela, tendo inclusive chamado-a para ser a sua madrinha de batismo.

Quanto ao amor à pátria, Nilza contou:

*“Todo dia, antes de buscar minhas crianças no pátio eu chegava mais cedo na minha sala de aula e pregava a bandeira, e minhas crianças, desde a primeira série aprendiam a cantar o hino nacional desde o primeiro dia de aula, porque nosso hino é maravilhoso. Então primeiro você vai conduzindo pra isso, pra bandeira, pro hino, dá até pra inventar coisas sobre as cores da bandeira, o verde lembra as matas, aí já pode falar de preservar o meio ambiente, e assim por diante. E aí você vai mostrando o valor do Brasil, nosso país é invejado por todos...”*

Nilza ainda relatou um exemplo de contextualização que ela fazia relacionando a formação crítica dos seus alunos juntamente com aspectos de patriotismo. De acordo com ela:

*“Eu lembro na época do garimpo, eu fazia meus aluninhos de primeira série discutirem sobre isso e eles conseguiam, do jeitinho deles, é claro, e isso era maravilhoso. Tinha até um aluno meu, que chamava Maximiliano que me disse certa vez que tinha descoberto que o Brasil podia pagar a dívida externa com as pedras encontradas nos garimpos. Uma criança de segunda série pensar desse jeito, não é lindo? Então eu acho que nós podemos começar pelo próprio Brasil...”*

Finalmente, Nilza encerrou sua entrevista com algumas perspectivas para o futuro da educação no Brasil, deixando claro também a sua indignação com a atual situação:

*“As crianças de hoje são as criaturas que modificarão esse país... Mas tem um problema, os nossos secretários da Educação, na maioria das*



*vezes não foram professores, não viveram dentro das escolas... eu cheguei a escrever para aquele Chalita [ex-secretário da educação do Estado de São Paulo], mas ele nunca me respondeu... ele não deu bola, nem ligou, e ele é católico viu! O atual secretário também, nem sei o nome dele, mas é uma pouca vergonha as coisas que ele faz, é um absurdo, um absurdo!”.*

Já Cecy, também afirmou ser possível modificar a educação no Brasil. Para esta colaboradora, a educação deveria ser o primeiro investimento do país, não só considerando a educação na escola institucionalizada, mas também a educação vinda da família, do governo, da religião, etc. Ela corroborou com a visão da outra colaboradora no que correspondeu à inclusão do ensino religioso e educação moral e cívica. Para ela:

*“Pode ter inclusive aula de ensino religioso, independente da religião... Eu acho que é muito importante que o professor ensine a criança a respeitar, a ter amor, enfim, a ter uma fé, seja ela qual for porque eu acho que isso ‘segura’ muito... No meu caso, meus pais sempre me deram educação, mas nunca me obrigaram a seguir um tipo de fé, eu pude escolher o caminho que eu queria seguir... Mas eu acho que isso em parte também faz uma certa falta, porque eu poderia ter sido encaminhada a várias religiões e ter escolhido a minha... É por isso que eu digo que a educação é muito importante, pra mim é fundamental... A educação tem que dar a liberdade de escolha pras crianças... Há tanta coisa no Brasil pra ser explorada... e a educação tem que ajudar...”.*

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO**

Basicamente, dividiu-se a entrevista em dois grandes blocos, ou momentos: o primeiro, consistindo em abordar a visão das colaboradoras enquanto alunas e o segundo momento, sobre as experiências e lembranças delas enquanto professoras.

Porém, realizando esta divisão, pretendeu-se também que houvesse uma comparação discursiva entre os períodos de alunas e de professoras das entrevistadas e, finalmente, uma comparação com a educação na atualidade, compreendida por elas por meio de diversas maneiras como: o que elas ouvem na mídia, experiências dos familiares, *status* social da profissão, valorização profissional e, certamente, condição dos aposentados dessa carreira (categoria em que ambas as colaboradoras se enquadram).

No primeiro momento, percebeu-se que ambas as entrevistadas gostaram de sua época de alunas, guardando boas recordações dos momentos vividos. É claro que houve também momentos de apreensão

(como nas dificuldades com a disciplina de matemática), desgosto e infortúnios, mas, em geral, elas relataram terem gostado de ter sido alunas.

Observou-se, pelas falas das entrevistadas, que a qualidade do ensino esteve muito mais relacionada com a qualidade dos professores em si do que com uma sistematização e organização educacional mais abrangente. Ou seja, não era a organização escolar que garantia a qualidade do ensino e sim a competência e empenho das professoras, sobretudo no que tangia o ensino primário.

Vale ressaltar que ambas as entrevistadas relataram terem tido professoras extremamente competentes e que as influenciaram inclusive, na escolha da profissão de professora, dessa forma, as entrevistadas se inspiraram nas professoras classificadas por elas como sendo “de qualidade” para serem também boas professoras. Isso demonstra o quanto um professor pode afetar (positiva ou negativamente) o futuro de seus alunos sendo responsáveis, até mesmo, pela escolha da futura profissão, papel que as pessoas ficarão anos a fio desempenhando.

Com relação ao componente curricular da Educação Física, pode-se constatar que ambas as colaboradoras não gostavam. Nilza, por exemplo, relatou que sempre “*dava um jeito de arranjar um atestado médico para não realizar as aulas*”. Pode-se observar que o modelo das aulas de Educação Física era baseado, sobretudo, nos métodos ginásticos europeus.

A influência da concepção esportivista, ou seja, que compreende o esporte em termos de desempenho e formação de talentos como o único norte da Educação Física na escola, também pode ser percebida. Como a colaboradora Cecy afirmou: “*havia vôlei, basquete*”. Mas ela relatou não ter gostado porque era uma “*péssima jogadora*”. Constatase que a ênfase era dada, muito provavelmente, no rendimento dos alunos. Finalmente, Cecy afirmou que “*não havia nota, era mais recreação*”. Este discurso deixa claro a visão e a credibilidade da Educação Física enquanto uma disciplina de lazer e não valorizada como todas as outras. Cabe ressaltar que em muitos lugares, esta história continua a se repetir.

Ou seja, duas tendências historicamente relacionadas à Educação Física escolar puderam ser percebidas: a tendência esportivista que usava esporte enquanto único conteúdo a ser ensinado para os alunos, sendo excludente, voltado somente para os mais habilidosos e a recreacionista, a qual desvalorizava a Educação Física como não sendo um componente curricular obrigatório, considerando-a apenas como uma forma de lazer e recreação.

Constatou-se também, durante as falas das entrevistadas que havia uma estrutura rígida com relação ao rigor dos professores e das instituições. O uso de uniformes era obrigatório, os professores eram inquestionáveis e os diretores eram pouco ou nada presentes, conforme Nilza ressaltou: *“o diretor da minha escola do ginásio era uma criatura tão enérgica que a gente não o via... Ele não permitia que a gente passasse pela diretoria, nem o cumprimentasse. Ele não foi mal nem pra nós e nem pra escola, só não permitia que se criasse uma relação”*.

Entretanto, diferente de outras épocas, ambas relataram não terem sofrido sanções ou agressões físicas dos professores, mesmo porque o respeito e o temor eram tão grandes que não havia espaço para o enfrentamento. Evidencia-se nesta fala o alto grau de hierarquização da estrutura escolar centrado no respeito e no temor dos alunos.

Quando perguntadas se valeu a pena terem sido alunas ou não, as colaboradoras afirmaram que sim, que foram bons momentos, tendo influenciado suas escolhas futuras, ainda mais no que tange à prática profissional delas. Nilza afirmou também que certos erros oriundos de determinados professores foram exemplos do que não seguir. Para ela:

*“E eu, quando professora, percebia que não conseguia ensinar matemática direito, fazia assim: quando passava pela classe e via quem tinha acertado, eu convidava um deles pra ensinar pros outros e a criança falava na linguagem das outras crianças... e a Madre Paula nunca percebeu isso, e eu não entendia matemática... por que ela não dava aulas mais claras?”*

Cecy também afirmou ter valido a pena ser aluna dentro deste contexto histórico, porém ressaltou também ter tido dificuldades entre o ensino primário e o ginásio, sobretudo nas disciplinas que tinha menos facilidade, como era o caso da matemática. Esta dificuldade só foi superada quando ela entrou para o ensino médio para cursar o ensino normal. Nas palavras dela:

*“Já no normal eu fui uma boa aluna, somente com mais dificuldade em matemática. Na minha época tinha o colegial normal, o científico e o clássico e como eu queria ser professora, fui para o normal. Aí eu fui bem, me formei até com a primeira nota da minha turma... fui uma boa aluna...”*

Já no segundo momento da entrevista, as perguntas foram relacionadas com questões relativas às vidas das entrevistadas enquanto professoras. Pelo discurso de ambas, a carreira do magistério era uma escolha tradicional, sobretudo para as mulheres. Nilza inclusive relatou ver

com ressalvas a inclusão de homens no magistério. Para ela: *“é verdade, tinha meninos, mas eu era contra. Eu acho que é muito humilhante para um homem ser professor primário porque recebe muito pouco, desde aquela época. Eu não gostava quando um moço ia estudar”*.

Dentro desta fala esconde-se um preconceito vigente na organização social da época de professora da colaboradora que ela ainda carrega: a visão de que o homem era quem deveria ganhar dinheiro e sustentar a família. Já a mulher, poderia até ser professora, como uma forma de ocupação, contanto que fosse mantida pelo marido. Pode-se até especular que o fato de haver uma baixa remuneração na época pode ser relacionado à questão de se considerar que a docência não era uma atividade profissional prioritária e sim uma atividade adicional, que vinha a somar e não ser considerada como “atividade dos homens”.

Na organização social vigente na época, muitas mulheres que não sabiam o que fazer acabavam seguindo a carreira do magistério. Aparentemente não foi esse o delineamento da carreira de professoras das entrevistadas que afirmaram terem seguido a carreira de professoras porque realmente queriam isso e afirmando também que adoraram dar aulas, tendo passado mais de 25 anos de suas vidas dentro de escolas.

Evidencia-se assim que os professores ganhavam pouco dinheiro desde a época de docência das duas colaboradoras, talvez o que tenha mudado foi o *status* da profissão que, com o passar dos anos, regrediu. As duas entrevistadas disseram que no início não percebiam se ganhavam pouco ou não por razões distintas: enquanto Nilza disse que não percebia que ganhava pouco porque adorava ensinar, Cecy afirmou que desde o início de sua carreira no magistério já era casada e, portanto, havia o suporte financeiro do marido.

Porém ambas fizeram críticas contundentes ao respectivo governo estadual no que corresponde ao salário dos professores e ao salário dos aposentados e afirmaram que, se elas não tivessem outros auxílios (pensões de marido ou pais) não conseguiriam sequer pagar os seus remédios com a aposentadoria de professora. Mais uma vez estas afirmações ilustram o descaso e a desvalorização do Estado para com a carreira de professor.

Já com relação às aulas em si, ambas afirmaram serem rígidas e enérgicas, porém também disseram terem equilibrado esta seriedade com doçura e amor para com seus alunos. Provavelmente elas tenham marcado muitos de seus alunos porque Nilza, por exemplo, além de durante a entrevista ter lembrado o nome de muitos dos seus ex-alunos, contou fatos relativos à vida íntima de alguns alunos e ainda afirmou que

muitos ainda a procura: *“Tem um aluno que faz 14 anos que toda semana do meu aniversário ele vem me ver... ele agora está com 54 anos”*.

Nilza ainda contou algumas histórias que ilustram que a prática docente foi algo mutuamente relacionado com sua própria vida. Isso denota, mesmo que de forma indireta, que a escolha pela atividade docente, se referiu muito mais a uma mobilização interna pelo interesse em assumir esta atividade enquanto prática profissional, do que uma simples possibilidade na qual ela escolheu dentre inúmeras outras. A isso podemos denominar de “professora por vocação”, uma vez que ela acreditou e se empenhou durante anos por uma prática pedagógica significativa para sua própria vida e para a vida de seus alunos. A recordação a seguir ilustra esse empenho docente da colaboradora:

*“Tem uma história interessante: um dia um aluninho meu, se chamava Orlando, me deu de presente uma abóbora e eu disse pra ele que eu ia embora a pé e que seria muito difícil levá-la e ele levou para mim... na subida ele carregava, já na descida ele rolava a abóbora abaixo... e quer saber? Foi o doce de abóbora mais gostoso que eu já fiz...”*

A colaboradora Nilza também relatou seu sonho em lecionar em uma escola específica: a escola Caetano de Campos na cidade de São Paulo, na época, considerava a melhor escola do Brasil e da América do Sul (posteriormente, o prédio passou a abrigar a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e a escola foi transferida para outra localidade):

*“Eu sempre falava, desde o dia em que eu me tornei professora, que eu queria lecionar na [escola] Caetano de Campos e as pessoas riam de mim. Nos concursos de ingresso eu sempre optava pela Caetano de Campos e nunca era chamada. No meu penúltimo concurso eu optei pelo Hospital das Clínicas e pela Caetano de Campos e fui conhecer o hospital e não aguentei o cheiro de urina; foi quando eu percebi que eu não tinha caridade, morri de medo de ir pra lá. Mas não consegui nada. Até que no último concurso, finalmente fui parar na Caetano de Campos. Fiquei lá até aposentar, aproximadamente seis anos”*.

Outro fato importante refere-se às mudanças nas formas de avaliação. As colaboradoras afirmaram que, na época de alunas, as avaliações eram feitas através de provas orais e provas escritas. Já enquanto professoras, elas afirmaram terem se baseado, sobretudo, em avaliações escritas. Entretanto, disseram que com a experiência, passaram a relativizar as formas de avaliação, atentando-se para critérios mais subjetivos como avaliação do esforço individual, independente do resultado.

Elas também opinaram sobre as formas atuais de avaliação, não concordando com alguns critérios adotados atualmente. Nilza afirmou ser contra a progressão continuada adotada pelo Estado de São Paulo. Para ela:

*“Eu sou muito contra esta coisa que existe hoje em dia, a promoção automática porque acho que a gente tem que resolver os problemas na vida e não deixá-los passar. Então eu acho que isso é muito errado, eu até brinco que hoje em dia um prédio cai porque aquele engenheiro não teve base, educação de qualidade desde criança... Eu brinco que hoje em dia os médicos só sabem dar os diagnósticos pra nós com mil exames que a gente faz, porque antigamente não tinha nada disso... isso é tudo falta de educação...”*

Não foi apenas a desvalorização dos professores a única diferença ao longo dos anos elencada pelas colaboradoras. Tanto Nilza quanto Cecy afirmaram que, para elas, o ensino tem regredido com o passar dos anos. A decadência do ensino se deve por uma série de razões estando intrinsecamente relacionado com a desvalorização da carreira de professor e a baixa remuneração da categoria.

Cecy ainda alertou que, com o passar dos anos, aumentou-se demasiadamente o número de “escolas normais”, voltadas à formação de professores, sendo que muitas dessas escolas não eram de qualidade porque não havia bons professores nelas e, sendo assim, qualquer um podia se tornar professor. A formação profissional deficiente é um fator que deve ser considerado, juntamente com uma série de outros, como a falta de investimento e falta de apoio do governo, por exemplo.

A opinião das colaboradoras é clara com relação ao declínio da qualidade do ensino, afirmando que muitas das coisas que elas aprenderam e ensinaram na época de professoras, atualmente não é ensinada aos alunos.

Deve-se relativizar, todavia, que são contextos históricos diferentes e, certamente, as formas de se ensinar e os conteúdos sofreram modificações. Não é pelo fato das colaboradoras terem ensinado um determinado conteúdo na primeira série e hoje este conteúdo fazer parte da terceira série, por exemplo, que a qualidade do ensino tenha diminuído.

Porém, isto também não significa que a qualidade seja algo primado nas escolas atualmente. Com relação a isso, Cecy trouxe uma contribuição importante ao relatar a época em que voltou a dar aulas mesmo depois de aposentada. Ela afirmou que não tinha apoio da escola, da direção e nem mesmo dos alunos. Relatou que os alunos

subiam em cima da carteira e a enfrentava e ameaçava. Ela lembrou este período como uma “fase traumatizante”.

A experiência vivida por Cecy ilustra um pouco algumas transformações sofridas na educação brasileira. Por que será que tanta coisa mudou em um contexto de cerca de 20 anos? Como que uma professora que estava acostumada a ter o controle da sala, em ser respeitada pelos alunos, ter uma autoridade até mesmo inquestionada, presenciou tamanhas modificações na prática docente?

Por que será que, caminhando junto com a evolução dos estudos na área da pedagogia, com tendências e linhas de pensamento diferentes, maior número de pesquisas e ampliação das discussões sobre a prática docente, maior qualidade de formação profissional (afinal, os professores primários que outrora cursavam o ensino normal de nível secundário precisam, atualmente, do diploma universitário de nível superior em pedagogia para exercer a profissão) o ensino tem declinado na opinião das colaboradoras? Os alunos não são mais os mesmos? Os professores mudaram? Considerando os fatores apresentados anteriormente – como a questão do respeito à profissão de professor, responsabilidade e respeito discente, valorização da profissão, dentre outros – por que será que, na opinião das colaboradoras, o ensino “declinou” tanto?

Esta é uma questão muito complexa que ainda não foi elucidada de maneira efetiva pelas pesquisas em educação. As comparações entre a educação do presente e do passado tornam-se pouco significativas se não considerarmos as transformações históricas e sociais que o mundo passou, devendo contextualizar estas alterações nos diferentes recortes histórico-temporais. Não se sabe também se, no passado, os alunos respeitavam os professores por medo de sofrer alguma sanção em uma organização hierárquica repressiva ou se realmente eles respeitavam os docentes sem haver o temor às sanções, por exemplo.

Foi perguntado às colaboradoras, inclusive, como eram as suas relações com os alunos, exatamente visando observar quais estratégias pedagógicas elas utilizavam e como realizavam sua prática educativa. Porém, ambas responderam que conseguiam conciliar a prática docente com características diferentes, sendo “enérgicas e bravas”, mas também sendo “amorosas e doces”.

Qualquer análise pautada pela entrevistas com as colaboradoras está embasada na interpretação sobre suas memórias, lembranças e recordações. Estas memórias, lembranças e recordações estão pautadas na visão política delas, em suas crenças, temores, dúvidas,

angústias e alegrias, estendendo a interpretação de forma mais subjetiva do que objetiva, mais qualitativa do que quantitativa.

Deve-se considerar, entretanto, que ambas as entrevistadas foram professoras porque realmente queria seguir esta carreira, foram professoras por gosto, com prazer e com vontade e, mesmo nos momentos de dificuldade, não perderam a motivação pela profissão escolhida. Isto fica claro na fala de cada uma: ter ensinado por prazer facilitou e muito o trabalho delas.

Nilza, por exemplo, depois de aposentada, assim como Cecy, chegou até mesmo receber uma proposta de emprego, porém, diferente da outra colaboradora, recusou o convite. Nas palavras desta colaboradora:

*“Aliás, quando eu me mudei para Serra Negra [interior do Estado de São Paulo], já aposentada, recebi o telefonema do diretor do colégio Dante Alighieri de São Paulo me chamando para dar aula lá, porque ele soube do meu trabalho na Caetano de Campos. Mas eu já estava aposentada, e estava cuidado de minha mãe, e não fui. Minha mãe adorava contar para as visitas que a filha dela tinha aberto mão de voltar para São Paulo, ganhando o dobro do ordenado para ficar cuidando dela...”.*

Nilza trouxe também uma importante contribuição sobre o declínio da educação brasileira e, embora os fatores elencados por ela não sejam os únicos, certamente também precisam ser considerados. Embora não tenha dito explicitamente, Nilza abordou um dos princípios fundamentais para a prática docente: o princípio da alteridade que pode ser definido como o se colocar no lugar do outro. Nilza afirmou tentar fazer isso em todos os momentos de sua vida. Segundo ela: *“na minha vida eu faço muito isso, vejo as suas necessidades, vejo o que pra mim seria bom no seu caso e tento ajudar...”*. Para esta colaboradora, os professores não “descem” até os alunos, criando uma espécie de muro, de barreira que dificulta a aprendizagem.

*“Mas hoje eu vejo que o professor vai lá e dá a matéria e fica por aí. Ele não conhece a criatura, não ama a criatura, não ajuda a criatura... isso sim é ensinar... Eu sei que hoje tem casos de alunos que mostram armas para professores, os enfrentam... mas porque isso ocorre? O que essa criança sofreu para agir assim? Quando isso ocorre quer dizer que o professor não colocou amor no seu trabalho, não consegui cativar o aluno... porque quando você cativa uma pessoa essa pessoa certamente não vai mostrar uma arma para você... Parece que o professor não é mais humano...”.*



Já Cecy, a outra colaboradora, teve uma visão menos “romântica”, baseada na sua traumática experiência de professora já aposentada no ano de 1996. Ela afirmou ter feito as mesmas coisas que fazia antes e mesmo assim não era respeitada e concluiu: *“Ai, não sei não viu, é bem difícil... esta experiência que eu tive depois de aposentada como professora substituta não foi fácil viu... parece que mudou tudo...”*.

Realmente o ensino mudou e utilizar as mesmas estratégias para ensinar hoje podem não surtir efeito algum. Entretanto, a maior preocupação está no fato do ensino ter declinado e, aparentemente, continuar nesta curva de declínio. Este declínio não se resume apenas nas questões que tangem a prática de ensino e aprendizagem em si, mas vão além, pois está presente nas relações sociais que mudaram, na hierarquia que se transformou, no interesse das partes, enfim, em uma série de fatores.

Para ampliar a análise em uma visão mais política e contextualizar historicamente a fase em que as colaboradoras foram professoras, foi perguntado a elas como foi ensinar na época da ditadura militar, ou seja, se elas eram obrigadas a abordarem determinados conteúdos, se elas sofriam algum tipo de sanção ou repressão por parte do governo ou da própria instituição, enfim, como foi ensinar no período da ditadura militar brasileira.

Ambas responderam que não houve qualquer tipo de repressão a elas enquanto professoras durante o período da ditadura militar. Isso pode ser relacionado com o fato do governo militar estar mais preocupado com o ensino de nível superior do que com o ensino primário, ou seja, era mais preocupante para o governo reprimir os estudantes universitários que tinham mais força política do que os estudantes e professores de nível primário.

É claro que esta é apenas uma suposição. Pode-se supor também que, caso houvesse algum tipo de organização entre os docentes de nível primário, alertando aos alunos sobre as mazelas da ditadura, a educação poderia ter contribuído para um término mais rápido do período da ditadura afinal, aquele aluno do ensino primário cresceu e também viveu o período da ditadura como adulto, tendo ou se silenciado ou se rebelado sobre isso.

As duas afirmaram ainda que abordaram com os alunos a importância da liberdade. Porém falar de liberdade em um país em plena ditadura pode ser paradoxal. Que liberdade era essa? Nilza, por exemplo, afirmou que pedia que seus alunos prestassem atenção nas informações vindas das mais diversas mídias (rádio, televisão, etc.). Segundo ela: *“eu falava para os alunos prestarem atenção nos*

*programas de notícias e depois eu gostava que eles comentassem...”.* Mas, levando-se em conta que, o que saía na imprensa passava pela censura, as notícias eram muitas vezes manipuladas, não permitindo que se avaliasse realmente a real situação do país.

Portanto, em termos de ditadura as colaboradoras não sofreram nenhum tipo de sanção ou repressão explícita. Isso não significa que não houve censura e repressão de modo implícito. Assim, pode ser que elas até tenham sido influenciadas, mesmo sem perceber, em suas atitudes e condutas.

É fato também que, se o governo não se preocupava com o ensino no primário, é porque ele o considerava “inofensivo”. Se não houve um controle rígido sobre o que deveria ser ensinado no ensino primário, não havendo um acompanhamento dos professores do magistério, nem nenhum tipo de treinamento ou curso preparatório foi porque o governo interpretou isto como um fato desnecessário, sem relevância.

Finalmente, as entrevistadas foram perguntadas sobre uma última questão: se é possível ou não melhorar a educação no Brasil. De maneira otimista, ambas responderam que é possível sim, embora isso não seja uma tarefa fácil.

Cecy enfatizou a importância da educação, seja ela oriunda da escola institucionalizada, seja a educação vinda da família, para a formação dos cidadãos. Ela ainda afirmou que o primeiro investimento do Brasil deveria ser em educação, devido ao seu caráter fundamental. Nilza, por sua vez, afirmou ser necessário muito esforço e maturidade para mudar a educação brasileira. Para ela, *“as crianças de hoje são as criaturas que modificarão o país”*.

Ambas afirmaram também ser necessário incluir disciplinas como estudo religioso e educação moral e cívica como conteúdos a serem abordados na escola. A primeira por trabalhar com a questão da fé, independente da religião e a segunda por ensinar, sobretudo, o respeito ao país.

No entanto, estas duas disciplinas (ensino religioso e educação moral e cívica) historicamente foram marcadas por serem componentes curriculares que trouxeram em seu bojo, uma dimensão de valores e atitudes que receberam muitos questionamentos por estarem baseados, de acordo com alguns autores, em concepções acríticas, pautadas em formas muito tradicionais de transmissão dos conhecimentos subjacentes. De acordo com os PCNs (BRASIL, 2000), muitas pessoas ainda são “traumatizadas” por terem tido estas disciplinas na escola da forma que elas foram ensinadas.

Entretanto, deve ser ressaltada, sobretudo, a importância de se considerar as formas não quais estas questões são ensinadas na escola. Para os PCNs (BRASIL, 2000), conteúdos como a ética, não deve depender de apenas uma disciplina e sim precisa ser abordada diariamente por todas as disciplinas do currículo.

Talvez então, o que as colaboradoras consideraram como importante e relevante não tenha sido em si a disciplina, mas sim determinados conteúdos ou questões que devem ser tratados na escola. A questão da fé, por exemplo, foi elencada como um conteúdo fundamental, independente da religião. Da mesma forma que o respeito e o amor pelo Brasil foi um conteúdo muito importante para elas, não necessariamente sendo necessário haver uma disciplina exclusiva para estas questões, pois de tão relevantes, podem ser tratadas diariamente por todas as disciplinas, proposta dos PCNS (BRASIL, 2000) denominada de temas transversais.

Portanto, é possível mudar, pelo menos alguns pontos, no que se refere à educação brasileira na visão das colaboradoras. Cabe avaliar, todavia, se é interessante para o governo mudá-la, pois dentre a entrevista com as colaboradoras, uma questão foi bastante evidenciada por elas: o declínio da educação e da qualidade do ensino no que se refere aos aspectos de valorização do professor, respeito e atitudes dos alunos, dentre outros.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Retomando o que afirma os PCNs, (BRASIL, 2000) o diálogo é um dos principais instrumentos de uma democracia justa, permitindo espaço ao consenso e ao dissenso. Dialogar pede capacidade de ouvir o outro e de se fazer entender. Portanto, a democracia deve valorizar o diálogo como forma de esclarecer conflitos (BRASIL, 2000). Tão grande a importância dada ao diálogo que este é um dos blocos de conteúdos do tema transversal ética, juntamente com o respeito mútuo, a solidariedade e a justiça. Deve-se valorizar o diálogo visando o esclarecimento e a superação de conflitos (BRASIL, 2000).

Dessa forma, ao estabelecermos “diálogos” de história oral entre duas professoras aposentadas sobre as visões e concepções delas com relação à temática da educação pretendeu-se compreender a educação em suas épocas como alunas e, posteriormente, como professoras e, também, analisar a visão delas a respeito da atual situação da educação no Brasil.

É claro que as colaboradoras relataram as suas vivências e experiências adquiridas ao longo dos anos e, por isso, não se deve

concluir que as visões e opiniões delas são suficientes para diagnosticar a educação brasileira, tanto no passado quanto no presente.

Porém, através das memórias e recordações das colaboradoras, foi possível perceber como elas concebem a ideia de educação, do papel do professor e da importância da escola na vida das pessoas, além de constatar suas visões a respeito da atual situação da educação brasileira tanto em termos micro-organizacionais, ou seja, em um nível mais interno na relação professor e aluno, quanto em termos macro-organizacionais, na organização externa e mais ampliada das políticas públicas de educação e papel do governo nesse processo.

Nilza e Cecy são professoras aposentadas que exerceram sua prática educativa em outro período histórico, o qual muito do que se constata hoje não existia. Mesmo assim, elas não se abstiveram de comentar e criticar a atual organização educacional brasileira concluindo que, com o passar dos anos, a educação, de maneira geral, tem declinado.

Elencaram uma série de motivos para este declínio como, por exemplo: a inserção da progressão continuada, falta de alteridade dos professores que não compreendem as principais necessidades dos alunos, falta de remuneração e apoio à classe dos professores, dentre outros inúmeros fatores.

O perfil do aluno também mudou. Hoje, muitos alunos questionam, argumentam, concordam e discordam do professor e, às vezes até o enfrenta e não o respeita. Cecy inclusive contou uma experiência como professora, já na época de aposentada quando voltou a dar aulas como professora substituta e percebeu que as coisas haviam mudado muito e, nesse processo de mudança, o respeito havia sido deixado de lado.

Portanto, comparado com a época de professoras das colaboradoras, muita coisa mudou. Desde a organização escolar, quanto os professores, assim como os alunos, diversos fatores sofreram alterações e modificações estruturais. O que as colaboradoras ressaltaram foi que estas modificações são entendidas como negativas, sendo responsáveis pelo que elas denominaram de “declínio da qualidade de ensino”.

Mais do que gerar diagnósticos e relatar visões, este estudo pretendeu compreender subjetividades que, somente através dos procedimentos oriundos da história oral, puderam ser realizados. Dar sentido a um silêncio, compreender um choro, caracterizar uma pausa, valorizar exemplos que, de outra maneira, seriam considerados irrelevantes, enfim, a história oral pode dar vida ao que estava escondido nos emaranhados das memórias das colaboradoras.

Deve-se ressaltar que, o fato das duas colaboradoras serem professoras aposentadas com mais de setenta anos e, portanto, idosas, foi de suma importância para a realização desse trabalho. Primeiro porque as experiências e memórias delas poderiam ser de grande valia (como de fato foram) e, segundo, porque os idosos muitas vezes são considerados o “lixo social”, pessoas sem importância, dentre outras caracterizações pejorativas. Contudo, a riqueza de experiências deles pode ser muito significativa, contribuindo para a compreensão de diversas questões, como é o caso da educação.

Mais do que elucidar questões, este trabalho pretendeu explorar angústias, dúvidas e memórias de colaboradoras que não poderiam ser consideradas de outra forma senão como professoras. Professoras por vocação, por decisão, por paixão e por coração. Professoras engajadas em buscar um mundo melhor, mais humano e mais digno. Professoras que, mesmo aposentadas e, portanto, sendo consideradas como “inativas” para o governo, ainda têm muito a oferecer, pois ainda sentem, pensam e, como visto neste trabalho, apresentam experiências riquíssimas e que podem, de diversas maneiras, auxiliar na melhoria da educação brasileira.

## AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial às duas colaboradoras que auxiliaram de maneira extraordinária a condução dessa pesquisa, nos brindando com todas as “dores e delícias” oriundas do trabalho docente. Definitivamente, as colaboradoras foram professoras por vocação, por amor e por acreditar ser possível melhorar a sociedade por meio do ensino.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALBERTI, V. **Ouvir Contar: Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais e ética**, 2000.

CHAUÍ, M. Os trabalhos da memória. In: BOSSI, E. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 2 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JOUTARD, P. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (Org.) **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz/ Casa Oswaldo Cruz/ CPDOC – FGV, 2000.

HALBWACHS, M. **A memória Coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1968.

OLIVEIRA, V. F. Educação, memória e histórias de vida: uso da história oral. **História Oral**, Recife, v. 8, n. 1, p. 91-106, jan- jun. 2005.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.